

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO (RPPI/NAPP/IPP/UFRN)

Processo Seletivo - Turma 01 - Edital 002/2024 - RPPI

2ª ETAPA – PROVA ESCRITA

Gabarito e expectativa de respostas

QUESTÕES OBJETIVAS

Cada questão objetiva vale 0,5 pontos.

QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
1	C
2	B
3	C
4	A
5	C
6	A
7	D
8	A
9	D
10	B

QUESTÕES DISCURSIVAS:

Cada questão discursiva vale até 2,5 pontos.

Lembramos que, conforme item 10.3 do Edital 002/2024 – RPPI, somente terão corrigidas as questões discursivas os candidatos que obtiverem no mínimo 60% de acertos nas questões objetivas.

Questão Discursiva 01

EXPECTATIVA DE RESPOSTA: Espera-se que o(a) candidato, em sua resposta, explore a entrada da questão racial na agenda governamental e discuta a mobilização da sociedade civil e os principais movimentos sociais. Espera-se, ainda, que explicita a Constituição de 1988 como um momento importante. Devem ser apresentadas as principais conquistas institucionais nos anos 2000 no Brasil (políticas públicas e espaços criados, como os conselhos, a secretaria etc) e apresentados exemplos de políticas públicas criadas. No contexto mais recente, a resposta deve ressaltar os desmontes das políticas públicas. Considera-se fundamental que o contexto apresentado contemple o Estatuto da Igualdade Racial e a situação atual da questão racial no Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO (RPPI/NAPP/IPP/UFRN)

Processo Seletivo - Turma 01 - Edital 002/2024 - RPPI

Questão Discursiva 02:

EXPECTATIVA DE RESPOSTA: A resposta apresentada deve tratar das capacidades técnicas necessárias para pautar políticas de direitos humanos, reconhecendo a diversidade de populações presentes no território brasileiro. Explicitar o conhecimento da história de formação do nosso país, história dos povos originários e comunidades tradicionais. Conhecer a Constituição de 1988 e a garantia dos direitos. Explicitar as capacidades políticas (articuladores) necessárias para garantir essas políticas e a concretização de direitos. Explorar os movimentos sociais e organizações que atuam na defesa dos Direitos Humanos no Brasil e a necessidade do estabelecimento de relações com o Estado. Apresentar a complexidade do campo de direitos humanos (agenda multifacetada que envolve Estado e sociedade); a característica conflitiva da agenda de Direitos Humanos, com forte disputa entre entendimentos e interesses, marcada por dinâmicas de avanços e retrocessos; a transversalidade da agenda (o desafio de a agenda ser reconhecida como premissa e diretriz prioritária a se fazer presente em todas as pautas, contando com o *enforcement* das áreas centrais do Estado); a necessidade de coordenação intersetorial e interinstitucional (relacionada principalmente com o papel da SDH em relação ao Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3); a expansão e a diversificação da pauta de direitos (necessidade dos gestores incorporarem e compreenderem os elementos complexos das novas pautas que passam a integrar a agenda governamental, por exemplo, direitos dos LGBTQIA+, hansenianos, idosos, pessoas sem registro civil, imigrantes, entre outros); necessidade de transpor diretrizes e pautas em objetos de ação (planejamento de programas, orçamentação, desenho de projetos); a necessidade de compartilhamento de ações entre os três níveis federativos de governo.

Natal/RN, 24 de maio de 2024.

**Comissão de Seleção do Programa de
Residência em Políticas Públicas e Inovação
(Edital 002/2024)**